

CPI convoca diretor da Odebrecht

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento pretende ouvir, às 15h de segunda-feira, o diretor da Construtora Norberto Odebrecht em Brasília, Ailton Reis.

Foi na casa dele que a Polícia Federal, autorizada pelo ministro José Carlos Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal (STF), apreendeu os documentos que o senador José Paulo Bisol (PSB-RS) utilizou para fazer o relatório mais polêmico da CPI, denunciando uma espécie de *holding* da corrupção que seria comandada a partir da Odebrecht.

Ailton Reis por pouco não teve sua prisão temporária pedida ontem à Justiça pelo delegado Federal Magnaldo Nicolau, que também quer ouvi-lo mas não o tem encontrado. Ontem mesmo uma equipe de policiais voltou à casa de Reis não encontrando ninguém, mas o advogado da Norberto Odebrecht Antônio Carlos de Castro apresentou-se à Polícia Federal para dar garantias de que o empregado, que ocupa o cargo de direção na empreiteira, não está foragido e estará em Brasília segunda-feira.

As denúncias de Bisol já levaram a CPI a quebrar o sigilo bancário de mais 10 parlamentares, mas só pretende começar a investigá-los após ouvir Ailton Reis. A idéia, segundo o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), é saber primeiro do diretor da empreiteira qual o grau de comprometimento de cada um desses parlamentares com a Odebrecht.

Antes de a CPI apreciar os pedidos de quebra de sigilos bancário e fiscal dos novos parlamentares suspeitos, todos eles encaminharam ofício à Comissão, autorizando o procedimento. São eles: deputados Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP), Eraldo Tinoco (PFL-BA), José Carlos Aleluia (PFL-BA), Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), Mussa Demes (PFL-PI), Valdomiro Lima (PDT-RS) e Osmário Pereira (PSDB-MG) e senadores Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Dario Pereira (PFL-RN) e Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL).

O deputado Jesus Tajara (PFL-PI) não teve o sigilo bancário quebrado — o que deverá ocorrer na próxima reunião da CPI —, mas está nas mesmas condições dos outros dez companheiros: foi citado tanto nas informações do ex-diretor de Orçamento da União, José Carlos Alves dos Santos, quanto nos documentos da Norberto Odebrecht.



JEFFERSON RUDY



Reunião agitada da CPI: apesar da convicção sobre o papel das empreiteiras, reação aos prejulgamentos